



# ESTRATÉGIAS DE TRANSCATEGORIZAÇÃO DE REFERENTES EM NARRATIVAS ORAIS AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES SOCIOCOGNITIVAS PARA O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ATIVIDADE DISCURSIVA

Heliud Luis Maia Moura\*

UFOPA

**Resumo:** *Este artigo estuda processos referenciais mobilizados em narrativas amazônicas, especificamente processos ligados à transcategorização de personagens integrantes dessas histórias, objetivando compreender o modo como determinadas estratégias se realizam nos textos aqui analisados, tendo em conta as implicações sociocognitivas para a construção da atividade discursiva. Tomo como referencial as postulações de Aristóteles (2002), Bezerra (2002), Cascudo (2001), Fauconnier & Turner (2002), Ferreira (2010), Kant (2000), Koch (2004), Koch e Cunha-Lima (2005), Marcuschi (2007, 2008), Mondada (2005), Moura (2016), Propp (2002), Tomasello (2003). Para os autores, os processos de transcategorização são resultantes de reconstruções simbólicas de objetos culturais situados. O corpus em análise consta inicialmente de 10 (dez) narrativas orais coletadas no interior da Amazônia, precisamente na região do Baixo Amazonas Paraense, nas comunidades de Arapixuna, Cuipiranga e Laranjal. As mencionadas narrativas foram coletadas por alunas do último semestre do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Oeste do Pará, no período de Março de 2017 a Abril de 2018. Essas alunas estão vinculadas ao Projeto intitulado Processos referenciais em narrativas orais Amazônicas: implicações sociocognitivas e culturais, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos do Instituto de Ciências da Educação (ICED), instituto ao qual estão também vinculadas, devidamente cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPPIT). Considerando os dados, concluo que os objetos culturais analisados não são estáticos e isomórficos,*

*mas caracterizam-se pela dinâmica de significados sociossimbólicos carreados em diferentes contextos*

**Palavras-chave:** *Referenciação, Transcategorização, Narrativas amazônicas.*

**Abstract:** *This article studies referential processes mobilized in Amazonian narratives, specifically processes linked to the transcategorization of characters in these stories, aiming to understand the way in which certain strategies are carried out in the texts analyzed here, taking into account the socio-cognitive implications for the construction of discursive activity. I take as a reference the postulations of Aristotle (2002), Bezerra (2002), Cascudo (2001), Fauconnier & Turner (2002), Ferreira (2010), Kant (2000), Koch (2004), Koch and Cunha-Lima (2005), Marcuschi (2007, 2008), Mondada (2005), Moura (2016), Propp (2002), Tomasello (2003). For the authors, the processes of transcategorization are the result of symbolic reconstructions of situated cultural objects. The corpus under analysis initially consists of 10 (ten) oral narratives collected in the interior of the Amazon, precisely in the region of Baixo Amazonas Paraense, in the communities of Arapixuna, Cuipiranga and Laranjal. The aforementioned narratives were collected by students from the last semester of the Bachelor's Degree in Letters from the Federal University of Western Pará, from March 2017 to April 2018. These students are linked to the Project entitled Reference processes in Amazonian oral narratives: implications socio-cognitive and cultural, approved by the Project Evaluation Committee of the Educational Sciences Institute (ICED), an institute to which they are also linked, duly registered with the Dean of Research and Technological Innovation (PROPPIT). Considering the data, I conclude that the cultural objects analyzed are not static and isomorphic, but are characterized by the dynamics of socio-symbolic meanings carried in different contexts.*

**Keywords:** *Referral, Transcategorization, Amazonian narratives.*

## **1. Introdução**

O presente artigo objetiva fazer uma análise das estratégias de transcategorização de referentes em narrativas orais amazônicas, levando em conta os processos sociocognitivos envolvidos na atividade discursiva, como também os fatores culturais constitutivos desses mesmos processos. Tomo como referencial teórico as concepções de Aristóteles (2002), Bezerra (2002), Cascudo (2001), Fauconnier & Turner (2002), Ferreira (2010), Kant (2000), Koch (2004), Koch e

Cunha-Lima (2005), Marcuschi (2007, 2008), Mondada (2005), Moura (2016), Propp (2002) e Tomasello (2003). Os autores, sob diversos enfoques, defendem a ideia segundo a qual os processos (trans)categoriais são resultantes de reconstituições sociocognitivas de objetos culturais imersos em determinados contextos, nos quais mobilizam-se sentidos presentes nas mais díspares atividades sociointerativas. O corpus em estudo constitui-se preliminarmente de 20 (vinte) narrativas orais, que foram coletadas no interior da Amazônia, especificamente no Baixo Amazonas Paraense, detendo-me, para as análises aqui realizadas, em 4 (quatro) narrativas. Estas foram coletadas, de forma espontânea, por estudantes do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Oeste do Pará, no contato diário com moradores das comunidades de Arapixuna, Cuipiranga e Laranjal. Essas estudantes fazem parte do projeto intitulado Processos referenciais de narrativas orais: implicações sociocognitivas e culturais, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos do Instituto de Ciências da Educação (ICED). Conforme os dados em análise, os resultados desta pesquisa levam a concluir acerca do fato de que os objetos culturais não são estáticos e exclusivos, pois contêm características consorciadas com a dinâmica de significados carregados em diferentes situações de produção de linguagem, a partir das quais as categorias transitam entre si, sendo, por conseguinte, fluidas, não estáveis e complexas.

## **2. Bases teóricas**

### **2.1 Referenciação e cognição cultural**

Segundo Marcuschi (2007, 2008), a referenciação é uma atividade sociocognitiva e discursiva por meio da qual experienciamos o mundo. Assim, o ato de referenciar convoca um conjunto de processos, pelos quais reconstruímos vivências de diferentes naturezas. É pela ação de referenciar que simbolizamos, via linguagem, o mundo biossocial em que estamos imersos. Nessa perspectiva, o autor afirma que

a construção referencial deve ser tida como central na aquisição da língua, estendendo-se a todas as ações linguísticas. Considerando que a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as

palavras isoladas também não nos dão a sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente (MARCUSCHI, 2007, p. 69-70.)

Com base nas postulações de Marcuschi, é possível afirmar que a referenciação constitui um modo por meio do qual reconstruímos os sentidos em mobilização nas mais díspares instâncias interativas em que circulamos socialmente. Logo, a realidade não é estável e dada, mas construída pelos atos de referência simbólica, que operam não como especularidade do mundo objetual e, sim, como reconstruções dos significados veiculados nos espaços em que a língua atua de forma situada e específica, levando a ressignificações de ações linguísticas de algo já significado, pelo qual provocamos deslocamentos de sentidos nos contextos em que interagimos.

Levando em conta o modo como as atividades referenciais atuam na reconstrução da realidade biossocial e cultural, observemos as afirmações de Koch (2004) em relação ao fenômeno da referenciação:

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido (Koch 1999; 2002). Isto é, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

Assim, sendo, defendemos a tese de que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Como dissemos, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual) “publicamente” alimentada pelo próprio discurso (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1999), sendo os sucessivos dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais (KOCH, 2004, p. 61).

Conforme postulado por Koch, a referenciação é um ato dinâmico de ressignificação do mundo. Por essa ressignificação, damos sentido aos entornos físico, social e cultural. Mas é, sobretudo, na interação, com esses entornos, que emprestamos significações precisas aos sujeitos e objetos com os quais interagimos cotidianamente. Por esta perspectiva, avaliamos os contextos interativos segundo juízos de valor pré-construídos e pré-significados, que nos dão a possibilidade de (re)construção desses sujeitos e objetos. Por outro lado, tais entes e entidades não chegam até nós congelados, estanques e prontos, mas se apresentam, segundo a dinâmica das interações, como passíveis de transformações e mudanças, consorciando-se aos objetivos daqueles que participam ativamente das instâncias de interlocução, as quais se caracterizam com dinâmicas, fluidas e emergentes, tendo em conta, aí, a natureza também dinâmica das diversas ações verbais em mobilização nas sociedades e nas culturas.

Dando amplitude ao que discuti, compreende-se as estratégias referenciais como atuando dinamicamente na construção de textos falados e escritos. Por esse viés, observe-se o que diz Mondada (2005) a esse respeito:

A análise dos recursos mobilizados nas atividades referenciais depende largamente das opções esboçadas: as escolhas formais podem ser concebidas como reflexo das propriedades do referente, ou, então, como manifestação de estados mentais; ou, ainda, como a exploração de

recursos para o estabelecimento de um acordo subjetivo ou de um alinhamento, tornando, assim, pertinente, visível e presente um referente que é tratado ou não como um objeto do mundo, mas como um objeto-de-discurso (MONDADA, 2005, p. 12).

Com base nos dizeres da autora, postulo que os recursos formais mobilizados nas atividades referenciais são tributários da absorção de estruturas cognitivas inerentes aos textos, as quais passam a ser reconstituídas/reconstruídas pelo produtor de um determinado texto na atividade de elaboração deste. Por conseguinte, elementos constitutivos da estrutura de determinados textos, como os estudados neste trabalho, podem propiciar a presença de alguns tipos de recursos referenciais coadunados com a natureza desses textos e do(s) gênero(s)<sup>1</sup> que se afiliam. Por outro âmbito, a construção do perfil desse(s) gênero(s) de texto(s) pode estar associada à própria temática veiculada por tais produções, com a mobilização de sentidos que, direta ou indiretamente, podem constringir e/ou delimitar a forma de gerenciamento de elementos textual-discursivos ligados a processos referenciais.

No âmbito da relação entre referenciação e cognição e, nesse bojo, entre referenciação e processos referenciais, postulo que as estratégias de referenciação são formas de construção da referência, pela qual se constitui a própria realidade e na qual damos sentido ao mundo cultural em que estamos imersos. Nas nossas ações, que são linguísticas, atribuímos sentido aos fatos, eventos, situações, coisas, seres de um modo geral e às interações entre pessoas e instituições, para o que os atos de referenciar são essenciais e nucleares, pois com eles essas atribuições de sentido estão sendo sempre reconstruídas, reelaboradas, suprimidas, estendidas, refeitas, reativadas, desativadas, coadunando-se com os nossos propósitos sociointeracionais em seus mais diferentes níveis e instâncias. Por outro lado, os contextos social e cultural de produção das atividades linguístico-textuais podem influenciar ou exercer certas constringências no modo como uma classe de textos é produzida, particularmente quanto a presença de estruturas que contêm o uso de formas referenciais. Em contrapartida, o uso de certas formas referenciais pode se prestar com mais eficiência aos objetivos

sociointeracionais das comunidades que produzem e consomem certos gêneros de textos.

Indo um pouco mais além no âmbito das concepções teóricas acerca dos processos referenciais, observemos o que nos coloca ainda Marcuschi:

Defendo a tese geral de que não são os fatos que produzem as significações presentes em nossas compreensões e sim as nossas compreensões que fundam e constroem as significações que atribuímos aos fatos. Na realidade, isso significa que não há um *a priori* nem um centro regulador da significação, mas ela é produto de interações sociais no interior da cultura e da história. Daí ser o próprio conhecimento um projeto cultural e não um dado natural ou um fruto de relações de correspondência sujeito-objeto. O melhor é pensar em termos de sujeito-objeto-sujeito: duas subjetividades criando uma realidade intercomunicável. Sentidos são bens humanos e não fenômenos naturais (MARCUSCHI, 2007, p. 80).

De acordo com Marcuschi (2007), postulo que as significações construídas nas atividades discursivas, ou seja, nas narrativas em análise, produzem significações culturais e sociais, expressando estratégias referenciais consorciadas com práticas linguísticas específicas, manifestando valores próprios de determinadas comunidades. Nesse sentido, elementos da cognição cultural podem ser relevantes no processo de produção desses objetos, mobilizando-se estratégias sociocognitivas atreladas a procedimentos linguístico-discursivos próprios, consoante com os objetivos interacionais desses grupos culturais.

Mediante as noções apresentadas, é válido postular que as atividades de construção da referência, entendendo-as, nesse âmbito, como veiculadoras de processos complexos e múltiplos, implicam a existência de variadas formas de gerenciamentos do sentido, quando da reconstituição de outros sentidos, os quais são reatualizados pelo “movimento” dinâmico das interações sociais e culturais, que se

encontram emergenciadas e imprevisibilizadas pelos contextos nos quais atuam e como consequentes destes, com um maior ou menor controle desses sentidos no transcurso da produção das atividades textuais.

Entendendo que as atividades textuais são artefatos de natureza cultural e que, portanto, são contentoras de expressões que veiculam sentidos referenciais construídos em narrativas orais, como as aqui analisadas, defendo que a interpretação das formas de referência não possam ser isoláveis dos sentidos produzidos pelos contextos em que essas narrativas são contadas. Nessa perspectiva, defendo, aqui, que o conteúdo de tais expressões reconstitui simbolicamente sentidos instalados nas práticas dos diversos lugares sociais. Acrescente-se, ainda, que as expressões referenciais não estão dadas ou prontas pelo sistema linguístico em si mesmo, mas são construídas pelos sentidos trabalhados nas interlocuções, elas são, pois, passíveis de aquisição contínua de novos estatutos linguístico-discursivos, com obtenção de outras propriedades e funções, por meio das quais servem aos objetivos pretendidos pelos interactantes no transcurso da atividade verbal.

Koch e Cunha-Lima (2005), ao estabelecerem a relação entre cognição, cultura e sociedade, afirmam que

o ambiente seria, portanto, apenas um meio a ser analisado e representado internamente, ou seja, uma fonte de informações para a mente individual. A cultura e a vida social seriam parte deste ambiente e exigiriam a representação de conhecimentos especificamente culturais por parte da mente. Entender a relação entre cognição e cultura seria, portanto, entender que conhecimentos os indivíduos devem ter para agir adequadamente dentro da sua cultura. Segundo essa visão, a cultura é um conjunto de dados a serem apreendidos, um conjunto de noções e procedimentos a serem armazenados individualmente. É fácil de ver que, partindo desse ponto de vista, a cultura é subsidiária e dependente do conjunto de mentes que a compõem, um fenômeno em geral passivo, sobre



o qual as mentes agem (KOCH; CUNHA-LIMA, 2005, p. 278)

Tomando por base as concepções de Koch e Cunha-Lima, constitui-se como relevante professar que os processos de natureza referencial estão submetidos a estratégias sociocognitivas de “reelaboração”<sup>2</sup> simbólica de eventos e objetos do mundo biossocial, com efeitos de reconstrução de sentidos estabelecidos a partir de um conjunto díspar de relações humanas, no qual os atos de referenciação são capazes de recriar essas mesmas relações ou interrelações, com consequente atribuição de renovados estatutos simbólicos a esses objetos socioculturais.

As postulações de Koch e Cunha-Lima levam-me a afirmar que a cognição cultural humana está sempre da dependência de fatores contextuais, o que nos leva a entender as interações como engatilhadas a processos sociocognitivos em constante mobilização em diferentes instâncias, a partir das quais os indivíduos reconstituem sentidos específicos dos contextos sobre os quais atuam. Nesse sentido, Marcuschi propõe que

o fato de os humanos compreenderem os outros como agentes intencionais os torna capazes de interagir com eles e traz uma dupla vantagem: (a) possibilita processos de sociogênese por meio dos quais os indivíduos passam agir colaborativamente e (b) possibilita processos de aprendizado cultural e internalização pelos quais os indivíduos se apropriam dos produtos culturais legando-os a gerações futuras. Para Tomasello (1999:15), isto significa que a maioria, ou quase todas as habilidades cognitivas típicas da espécie humana, não se devam a uma herança exclusivamente biológica e sim resultam de uma variedade de processos sociais, históricos e ontogenéticos (MARCUSCHI, 2007, p. 83).

Compreendo, então, que a cognição humana não constitui uma capacidade geral relativa a todos os indivíduos indistintamente, mas constitui uma herança social compartilhada colaborativamente. Assim,

os indivíduos internalizam produtos culturais com características próprias, transferindo-os para gerações futuras, muito embora possamos afirmar que esses produtos culturais não estão enclausurados numa cultura específica, mas são resultado de reconstruções de objetos simbólicos pertencentes a outras culturas, com as quais uma comunidade interage por diferentes meios e processos.

De acordo com Tomasello:

coisas como símbolos linguísticos e instituições sociais são socialmente constituídas e portanto não é sensato pensar que poderiam ter emergido totalmente desenvolvidas e de uma só vez na evolução humana; processos sociointerativos devem ter desempenhado algum papel em sua criação e manutenção. De modo geral, o problema básico das abordagens da modularidade de base genética – sobretudo quando tratam de artefatos e práticas sociais exclusivamente humanos e socialmente constituídos – é que tentam pular da primeira página da história, a genética, sem passar pelas páginas intermediárias. Portanto, em muitos casos, esses teóricos deixam de considerar elementos formativos, tanto do tempo histórico como do tempo ontogenético, que intervêm entre o genótipo e o fenótipo humano (TOMASELLO, 2003, p. 285-286).

Considerando as proposições de Tomasello (2003), é válido postular acerca da noção de que a cognição cultural está enraizada em fatores sócio-históricos, por meio dos quais compreende-se que as formas de interação são construídas numa simbologia situada e emergenciada pelos contextos em que essa interação acontece. Logo, depreende-se que os artefatos simbólicos e as práticas sociais são tributários das relações sociais em seus vários níveis, sendo instanciados por valores específicos, o que concede uma dinâmica às experiências mobilizadas pelos indivíduos, mesmo que tais indivíduos não se deem conta da complexidade do que discursivizam, mormente quando reatualizam e re-ritualizam significados historicamente construídos. Nesse sentido, a cognição atua como efeito de práticas sócio-históricas já significadas e,

por outro âmbito, ressignificadas quando esses indivíduos precisam dizer acerca do mundo no qual estão imersos, não havendo, portanto, um descolamento estanque entre significações de natureza histórica e aquilo que trazem para suas diferentes interlocuções. A partir dessas noções, é válido propor que as diferentes construções simbólico-culturais são reconstruções constituídas ao longo do tempo evolucionário, conforme proposto por Tomasello em seus trabalhos mais recentes.

Ainda de acordo com Tomasello:

A questão é que a nova forma de cognição social teria profundos efeitos sempre que os indivíduos interagissem entre si – durante o tempo histórico, transformando coisas sociais em coisas culturais, e durante o tempo ontogenético, transformando habilidades de cognição primata e representação cognitiva em habilidades exclusivamente humanas de aprendizagem cultural e representação em perspectiva (TOMASELLO, 2003, p. 286-287).

Com base em Tomasello, compreendo que as formas de cognição social operam nas diversas significações, das quais os indivíduos se valem para interagirem entre si. Mas como essas formas não são enrijecidas e dadas nos contextos biossociais, então elas operam no sentido de validar e/ou valorar práticas em curso nesses contextos, implicando em categorizações, recategorizações e transcategorizações diversas, necessárias às exigências dos espaços culturais por onde os indivíduos transitam. Por essa perspectiva, defendo, aqui, a noção de que a cognição social age de maneira situada, constituindo os indivíduos em significações categoriais, de modo a construir formas pelas quais se vê a realidade. Como disse, não como uma realidade dada, mas em contínua transformação.

## **2.2 Referenciação, categorização, recategorização e transcategorização**

Filósofos, linguistas e estudiosos da cognição humana têm se voltado até hoje para questões epistemológicas e metodológicas implicadas nos processos de referenciação nos quais estão envolvidas

atividades de categorização, recategorização e transcategorização. Muito embora estas não tenham sido suficientemente estudadas, principalmente a transcategorização, é válido postular, aqui, sobre a necessidade de uma análise mais profunda dessas atividades, no âmbito dos estudos da linguagem. Desde os gregos, citando-se, neste contexto, Aristóteles, a questão das categorias tem constituído um tema de grande destaque em diferentes epistemologias. Assim, para o filósofo Aristóteles, as categorias são descritas como:

- (i) Quando se diz de um objeto: que ele é compreendido em alguma categoria; tudo o que se diz da categoria, se há também de dizer do objeto;
- (ii) as coisas que são heterogêneas entre si, e umas não são espécies das outras; também tem diferenças específicas heterogêneas entre si
- (iii) mas naqueles gêneros, que são subordinados uns aos outros, nada obsta a que tenham as mesmas diferenças.
- (iv) assim quantas forem as diferenças de categoria, quantas serão as categorias do objeto (ARISTÓTELES, 2002, p. 9).

Considerando as categorias concebidas em Aristóteles, postulo serem tais categorias formas de entendimento conceitual da realidade ou maneiras pelas quais o mundo objetual existe para nós. Não como um mundo existente *a priori* ou independente da nossa intervenção sobre ele, mas, sobretudo, como um universo discretizado e predicado na/pela linguagem.

Logo, o estatuto das categorias pressupõe o agir do ser humano por diferentes construções conceituais, o que concede às coisas não um estaticismo, uma espécie de significação pura e inerte e, sim, uma perene transformação na maneira como existem para nós, sempre na dependência da nossa relação com/sobre elas.

Dado o exposto, proponho serem as categorias não conceitos, mas formas simbólicas, pelas quais construímos o mundo em sentido em nosso trânsito por ele. Indo mais adiante, considero-as como uma reconstrução do próprio mundo em discurso ou em linguagem. Por essa acepção, não há sentidos e significações gerais e plenas, há, sim, sentidos e significações imersos em contextos discursivos específicos. Logo, categorizar, recategorizar e transcategorizar não é simplesmente

renomear ou (re)predicar, é, antes de tudo, dar formas de existência, via linguagem, a seres, objetos, pessoas, eventos, situações, episódios e fatos. Essa existência, enquanto uma construção de/na linguagem, está na dependência necessária da natureza das mais díspares interações, já que é nestas que os sentidos são mobilizados, negociados, constituídos.

Por outro lado, é preciso pensar-se as diferentes (re-)categorizações em perene mobilização nos contextos de produção de linguagem, entendendo que estas também nos constroem enquanto sujeitos nesses contextos sociointerativos. Tendo em conta essa perspectiva, entendo as formas de interação no/com o mundo como constitutivas do próprio mundo, no qual estamos em contínuas mobilizações. Nessas mobilizações, operamos por meio de uma infinidade de sentidos, tendo em vista os nossos projetos de dizer, nossas intenções e ações. Assim, no âmbito dos contextos sociopragmáticos em que estamos situados, emprestamos significações categoriais coadunadas com as exigências e com os fatores culturais específicos de tais contextos, diferenciados entre si, os quais nos instanciam das mais variadas formas.

Kant, em seus postulados, debruça-se sobre a questão das categorias. Fundamentando-se em Aristóteles, concebe-as como conceitos, por meio dos quais classificam-se as entidades do mundo biossocial e cultural:

A mesma função que *num juízo* dá unidade às diversas representações também dá *numa intuição*, unidade à mera síntese de diversas representações: tal unidade, expressa de modo geral, denomina-se o conceito puro do entendimento. Assim, o mesmo entendimento, e isto através das mesmas ações pelas quais realizou em conceitos a forma lógica de juízo mediante a unidade analítica, realiza também um conteúdo transcendental em suas representações mediante a unidade sintética do múltiplo na intuição em geral. Por esta razão, tais representações denominam-se conceitos puros do entendimento que se referem *a priori* a objetos, coisa que a lógica geral não pode efetuar.

Desse modo surgem precisamente tantos conceitos puros do entendimento, que se referem *a priori* a objetos da instituição em geral, quantas eram na tábua anterior as funções lógicas em todos os juízos possíveis. Com efeito, através de tais funções o entendimento é completamente exaurido e sua faculdade inteiramente medida. Seguindo Aristóteles, denominaremos tais conceitos *categorias* na

media em que nossa intenção, em princípio, identifica-se com a de Aristóteles, se bem que se afaste bastante dele na execução.

*Tábua das categorias*

1.

*Da quantidade*

Unidade

Pluralidade

Totalidade

2.

*Da qualidade*

Realidade

Negação

Limitação

3.

*Da relação*

Inerência e subsistência

(*substantia et accidens*)

Causalidade e dependência

(causa e efeito)

Comunidade (ação recíproca  
entre agente e paciente)

4.

*Da modalidade*

Possibilidade – impossibilidade

Existência – não-ser

Necessidade – contingência

Este é, pois, o elenco de todos os conceitos puros originários da síntese que o entendimento contém em si *a priori* e somente devido aos quais ele é, além disso, um entendimento puro, na medida em que unicamente por tais conceitos pode compreender algo do múltiplo da intuição, isto é, pensar um objeto dela. Esta divisão é produzida sistematicamente a partir de um princípio comum, a saber, da faculdade de julgar (que equivale à faculdade de pensar); não surge rapsodicamente de uma procura – empreendida ao acaso – de conceitos puros, de cuja enumeração completa jamais pode estar seguro por ser inferida só por indução, sem pensar que deste modo jamais se compreenderá por que precisamente esses e não outros conceitos residem no entendimento puro. A procura desses conceitos fundamentais constituiu um plano digno de homem

perspicaz como *Aristóteles*. Entretanto, por não possuir nenhum princípio catou-os como se lhe deparavam, reunindo primeiramente dez, que denominou *categorias* (predicamentos). A seguir, creu ter encontrado ainda mais cinco conceitos que acrescentou sob a denominação de pós-predicamentos. Não obstante, a sua tábua continuava diferente. Por outro lado, encontram-se nela alguns modos da sensibilidade pura (quando, *ubi*, *situs*, igualmente *prius*, *simul*) e inclusive um empírico (*motus*) nenhum deles absolutamente pertencente a este índice genealógico do entendimento: há também conceitos derivados enumerados entre os conceitos originários (*actio passio*), enquanto alguns destes faltam inteiramente.

Quanto aos conceitos originários, cabe ainda observar: como os verdadeiros *conceitos primitivos* do entendimento puro, as categorias possuem também seus *conceitos derivados* igualmente puros que de modo algum podem ser descurados num sistema completo da filosofia transcendental. Mas me contentarei, num ensaio meramente crítico, com a sua simples menção.

Seja-me permitido denominar estes conceitos puros, mas derivados, do entendimento, *predicáveis* do entendimento puro (em oposição aos predicamentos). Quando se possui os conceitos originários e primitivos, os derivados e subalternos podem ser acrescentados facilmente e a árvore genealógica do entendimento puro imaginada inteiramente. Já que não tenho e vista aqui a completude do sistema, mas somente os princípios para um sistema, reservo essa complementação para um outro trabalho (KANT, 2000, p. 108 – 110).

Tendo como fundamento os postulados de Kant, cogito acerca da premissa segundo a qual as categorias são construções representacionais do entendimento humano. Logo, é por elas que se compreende o mundo, enquanto constituído em conceitos. Como elaborações culturais, esses conceitos expressam as maneiras pelas quais os seres humanos constroem a realidade e suas próprias experiências. Por essa aceção, dizemos sobre o universo biossocial segundo as formas que o concebemos, o que implica, segundo dito anteriormente, valorações/avaliações acerca deste. As concepções de Kant baseiam-se na questão de que os juízos são instrumentos que permitem aos seres humanos construir proposições significacionais sobre a realidade, discretizando-a numa infinidade de sentidos e

conceitos, o que torna essa mesma realidade sócio-histórica não separada das ações humanas, mas constituindo estas uma só unidade. Por outro ângulo, os seres humanos podem afastar-se da realidade do mundo objetual<sup>3</sup>, construindo-a de acordo com suas intenções, objetivos, volições<sup>4</sup>, experiências.

Mediante o que propus no parágrafo anterior, considero as categorizações, recategorizações e transcategorizações como objetivizações dos contextos sobre os quais os indivíduos atuam. Para maior esclarecimento acerca da temática deste artigo, faço rápidas considerações sobre os conceitos mobilizados, aqui, como centrais:

(i) Categorização:

Segundo Holanda Ferreira categorização é a “ação ou efeito de categorizar-se” (HOLANDA FERREIRA, 2012, p. 452). Já a palavra categoria, de acordo com este mesmo autor, significa “caráter, espécie, natureza” (HOLANDA FERREIRA, 2012, p. 452). Logo, conforme definido neste último verbete, categoria tem um sentido mais classificatório e/ou identificativo de um ser, elemento, coisa ou evento.

De acordo com as afirmações de Marcuschi, ao discorrer acerca da categorização,

parece correto e necessário postular que, se por um lado, o mundo físico externo existe, por outro, ele não existe naturalmente assim, na forma como nós identificamos como sendo isto ou aquilo. Pois a identificação dos fenômenos passa pelo filtro de nossas elaborações e, basicamente, de nossa linguagem. Portanto, os fenômenos são de algum modo amorfos e as formas que lhes darão a estrutura de objetos são frutos de nossas propostas teóricas ou de rotinas e estereótipos sociais que utilizamos como base para agrupamentos. Todos os fenômenos, desde que nomeados, são semiotizações. Essas semiotizações não são atividades individuais, mas coletivas, ou seja, construções sociais, de modo que quando designamos algo sempre temos a ver com designações de algum modo sociais e úteis para a



interação discursiva. Quanto mais sofisticadas ou mais elaboradas nossas propostas forem, tanto melhor delineados serão os objetos que construímos a partir dos dados que nos apresentam. Se observarmos um pouco mais atentamente o que ocorre com o comum das pessoas, veremos que sempre designamos os eventos, os fatos, os indivíduos, os objetos físicos, os estados de espírito, o mundo enfim, com nomes que no geral são partilhados pela comunidade discursiva que os usa, já que todos os seus indivíduos aprenderam esses nomes dentro das mesmas experiências de vida. Neste sentido, as categorias são muito mais modelos sociais do que modelos mentais, tendo em vista seu processo de constituição. As categorias são elaboradas no processo dinâmico de interlocução cooperativamente desenvolvida (MARCUSCHI, 2007, p. 92-93).

#### (ii) Recategorização

Segundo Moura, “a recategorização constitui uma atividade complexa, resultante da dinâmica transformadora a que estão sujeitas as categorias, já que se inserem em processos simbólicos e históricos”. (MOURA, 2016, p. 1147). Neste sentido, a recategorização constitui uma ação simbólica e construtiva, pela qual sujeitos, entes, objetos e eventos sofrem mudanças em suas propriedades identitárias<sup>5</sup>, adquirindo novos estatutos discursivos no modo de se apresentarem no mundo social, o que pressupõe diferentes tipos de relações dos indivíduos com tais instâncias nos espaços sociopragmáticos em que estas circulam e fazem sentido. Ainda de acordo com Moura:

Podemos afirmar, então, que a recategorização constitui um recurso por meio do qual o produtor do texto consegue dispor de novas facetas ou aspectos relevantes no processo de construção de um referente, seja ele um referente principal ou secundário. Não se trata, como já dito, de um simples procedimento de renovação lexical, mas de uma estratégia cognitivo-discursiva na qual os

referentes de uma cadeia textual passam a apresentar diferentes “formatos” relativos à sua constituição simbólica, na tarefa de construção de um dado texto, que, por seu turno, não constitui uma tarefa mecânica, artesanal ou artefactual e sim uma atividade sociocognitiva para a qual confluem objetos referenciais diversos, reconstrutores das práticas socioculturais, passíveis de novas categorizações e atributos. O que torna também o fenômeno em questão propenso a novas interpretações e análises (MOURA, 2016, p. 1148).

Com fulcro nas noções postuladas por Moura (2016), é válido afirmar que a recategorização não é um simples ato de renomeação, mas constitui um ato dinâmico pelo qual reconstruímos os seres e objetos do mundo em objetos de discurso, consoante com a natureza dos contextos em que esses seres e objetos fazem sentido e com a instabilidade das interações nas quais estão imersos. Logo, por essa interpretação, credito à recategorização um perfil simbólico específico, já que é por meio dela que interagimos com as instâncias sociais e damos-lhes significações apropriadas aos nossos dizeres.

### (iii) Transcategorização:

O processo da transcategorização, conforme estudo pertinente a este trabalho, envolve, inelutavelmente, o fenômeno da metamorfose, conforme postulado em Ovídio em *As Metamorfoses*, e retomado por Propp em *As raízes históricas do conto maravilhoso*, assim, com base neste autor e dadas as características do *corpus* em análise, postulo a transcategorização um processo pelo qual os referentes carregados, numa dada ação verbal, adquirem outros estatutos categoriais, por outras palavras, podem mudar de categoria ou transitar de uma para outra. Isto pode se dar segundo as exigências da atividade interativa e dos contextos social e cultural em que essa atividade se realiza.

Dada estas noções, proponho que a transcategorização é um fenômeno complexo, especificamente por tratar-se de uma ação discursiva na qual as entidades não se constituem como congeladas ou prontas no universo biossocial, pois estão na dependência de fatores discursivos e semânticos em jogo nas diferentes interações. Por outro

âmbito, as transcategorizações são produto de construções simbólicas próprias, as quais interferem na ocasião da produção dos sentidos mobilizados nos contextos de produção de linguagem. Tais efeitos são resultado de fatores sociocognitivos e cognitivo-culturais, que permeiam, de modo inevitável, as atividades textuais em seus vários contextos.

Com base em Propp (2002), as transcategorizações, tributárias das metamorfoses, especificamente tendo em conta o *corpus* aqui analisado, operam por significações metafóricas, nas quais se observam formas de enunciar<sup>6</sup> de uma dada realidade, por diversas formas de figuração, que dizem acerca de determinados fatos, nem sempre ditos nas interações comuns, por questões ligadas a tabus, interdições ou proibições. Segundo Bezerra, na introdução de *As raízes históricas do conto maravilhoso*<sup>7</sup>:

Propp estuda as narrativas folclóricas partindo da mesma premissa pela qual se estudam os fenômenos históricos, baseando-se na concepção marxista segundo a qual os processos social, político e cultural são condicionados ao meio de produção, e o conto maravilhoso, enquanto fenômeno cultural e produto da superestrutura, também tem relação direta com o modo de produção desde as suas formas rudimentares, conservando vestígios de formas de formas extintas de vida social de sociedades remotíssimas. Contudo, o conto não está condicionado ao sistema social ao que pertence e muitos dos seus motivos só se explicam geneticamente se comparados os vestígios dos mitos, ritos e costumes e culturas diferentes e mais antigas (BEZERRA, 2002, p. 12).

Tendo em conta o exposto, proponho que a transcategorização, enquanto uma atividade complexa, reconstitui, por diferentes estatutos simbólicos, todo um conjunto de construções culturais, a partir das quais os indivíduos conseguem dizer acerca de suas práticas, diferenciadas, mas, ao mesmo tempo, intercambiáveis entre si. Nesse sentido, o processo da transcategorização constrói-se por

metaforizações resultantes de mesclagens conceituais e não de identificações factuais, conforme postulado por Fauconnier & Turner (2002). Desse modo, a passagem de uma categoria a outra(s) implica um conjunto de transformações conceituais acerca de seres, entidades, objetos e eventos, operando de forma diversa num dada realidade. Considerando essas noções, na sua interseção necessária com o processo de transcategorização, vejamos o que nos propõe Marcuschi (2007):

o saber sobre o mundo é uma fabricação socialmente elaborada (mediante atividades coletivas) e linguisticamente comunicada (com mecanismos textuais estabilizados em instrumentos semiológicos supra-individuais). Isto é: a maneira como nós dizemos aos outros as coisas é decorrência de nossa atuação linguística *sobre* o mundo já que as atividades de categorização têm uma dimensão discursiva, como lembra Mondada (1997). O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo ou de uma ação discursiva e não de uma identificação de realidades discretas, objetivas e estáveis. Trata-se de identificar as formas de nossa inserção sócio-discursiva no mundo. Daí a imensa dificuldade de classificar fenômenos como se fossem fatos de uma realidade autônoma (MARCUSCHI, 2007, p. 90).

Em suma, com fundamento nas postulações de Fauconnier & Turner (2002) e Marcuschi (2007), afirmo ser a transcategorização uma ação simbólico-cultural em que elementos do universo biossocial são reconstruídos em objetos de discurso, com o trânsito de uma determinada categoria a outra(s) em relação a uma mesma referência contextual, com consequentes transformações de sentido nessas novas construções categoriais, o que se dá em decorrência de fatores culturais específicos carreados nas diversas interações.

### **3. Metodologia**

O corpus em análise consta inicialmente de 10 (dez) narrativas orais coletadas no interior da Amazônia, precisamente na região do Baixo Amazonas Paraense, nas comunidades de Arapixuna, Cuipiranga e Laranjal. As mencionadas narrativas foram coletadas por alunas do último semestre do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Oeste do Pará, no período de Março de 2017 a Abril de 2018. Essas alunas estão vinculadas ao Projeto intitulado Processos referenciais em narrativas orais Amazônicas: implicações sociocognitivas e culturais, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos do Instituto de Ciências de Educação (ICED), instituto ao qual estão também vinculadas, devidamente cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPPIT).

Cumprido esclarecer que as narrativas, em estudo, foram coletadas de forma espontânea, quando das interações das alunas pesquisadoras com as comunidades supramencionadas. As narrativas analisadas foram inicialmente gravadas em recursos audiovisuais, de forma a manter sua autenticidade. Logo depois, foram transcritas nas normas do NURC (Norma Urbana Culta). Devido aos interesses desse trabalho, foram selecionadas 10 (dez) narrativas de um total de 30 (trinta), centrando-me em 8 (oito), para as análises referentes ao tema em estudo. A seleção das narrativas foi realizada considerando as temáticas mais recursivas em mobilização no contexto de produção dessas histórias, tendo-se, portanto, conforme observado no próprio contexto, uma recorrência mais intensa de histórias de boto, cobra e visagem. O contexto de geração dos dados constitui um espaço campesino, mais especificamente, como já dito, a região de Arapixuna, no Baixo Amazonas Paraense. As comunidades, onde a coleta foi realizada, estão situadas à margem do Rio Amazonas. Essas comunidades têm como recurso de sobrevivência a pesca, o extrativismo e a agricultura, nesse último caso, plantações de mandioca e macaxeira. Vale ressaltar que todas essas localidades pertencem ao município de Santarém.

No *corpus*, em estudo, restrinjo-me a estudar processos metamórficos de transcategorização de referentes simbólicos, específicos da cultura relativa às comunidades campesinas, nas quais a coleta foi realizada, considerando, nesse contexto, os valores sociais e culturais em jogo nesses *loci*, o que concede a esses relatos um estatuto simbólico muito particular, para os quais construo interpretações

também específicas, requerendo-se um conhecimento um tanto abalizado dos contextos de produção desses objetos simbólicos.

#### **4. Análise dos processos de transcategorização**

Analisando, a seguir, processos de transcategorização de referentes em 3 (três) narrativas orais amazônicas: 1 (uma) referente ao personagem Boto, 1 (uma) referente à personagem Cobra Grande e 1 (uma) relativa a Visagens. As análises realizadas apresentam processos transcategoriais recorrentes nessas narrativas, com a passagem de uma categoria sociossimbólica a outra, o que reafirma práticas culturais em mobilização nos contextos em que esses relatos são produzidos.

Tem-se, logo abaixo, uma narrativa de Boto, em que se observa que o personagem Boto encampa 2 (dois) estatutos categoriais, 1 (um) ligado ao animal, cetáceo, da família do delfinídeos, outro em que esse mesmo animal possui uma propriedade simbólica de transformar-se em homem, seduzindo belas jovens caboclas por ocasião das festas realizadas nas comunidades interioranas, conforme proposto em Cascudo (2001)<sup>8</sup>.

Observe-se a narrativa 1:

##### **O boto**

1. E sobre visage lá na ilha do Marimarituba... tinha um senhur pur nume Antonio Valsa...
2. Antonio Guimarães chamavu de São Tumé pra ele... Antonio Valsa... o outro era o Dimás aí
3. pra São Jusé do Lago Grande ele murreu já... então quando eles erum novo... eles erum
4. surtêro... eles iam eles passavo por Marimarituba... quando ele chegu lá em certa parte donde a
5. família do papai mora... aí eles vinhu andando pra cá parece que assim meio porre DÊ nuite
6. dumas 10:00 pras 11:00 horas quando ele levantu a cabeça tinha um hume dê branco assim
7. óh... aí ele RÔ bicho... aí ele caiu lá e eles gastaro duas caxas de focho riscando e num subero
8. o que era e o hume ficava sê rulando lá e ... em frente aquela escada lá do Turunó... que é o

9. buto... é o buto ( ) que o buto num tira o chapéu... o buto mas eu não tenho buraco na cabeça
10. que ele usa chapéu dê palha né ((risos))

De acordo com a narrativa, verificamos, no próprio título, que o referente em questão é introduzido pela expressão o Buto, que pode remeter tanto ao animal em si mesmo quanto ao seu estatuto simbólico de transformar-se em ser humano. Considerando o contexto de geração dos dados e, nesse âmbito, levando em conta também que as estudantes, colhedoras dos dados, também fazem parte do mencionado contexto, é possível afirmar que o referente, embora não nomeado/lexicalizado, em forma de título, no início da história, passa a ser evocado pela memória discursiva tanto do narrador quanto das estudantes que compartilham a atividade narrativa, daí dizer-se que o referente passa a ser inicialmente evocado pelo contexto em que tal atividade se realiza, mesmo que ainda não esteja propriamente nomeado. No âmbito de sua propriedade puramente biológica, tem-se também uma propriedade pela qual tem o poder de transformar-se num moço galante<sup>9</sup>, conquistador de moças ingênuas e desavisadas. Na linha 6, conforme a tradição<sup>10</sup>, aparece como um homem de branco, mas, ao mesmo tempo (linha 7) é construído como um bicho, como animal, o que lhe confere uma característica dúbia, pela qual passa de animal a homem e vice versa, segundo a tradição própria relativa a esse personagem. Assim, na linha 8, volta a apresentar-se como homem, mas precisamente na expressão “o hume ficava sê rulando lá”. Mais adiante, apresenta-se, novamente, por meio das expressões “o buto”, “o buto num tira o chapéu” e “ele usa chapéu dê palha”, (linhas 8, 9 e 10), o que lhe confere uma característica mais propriamente de ser humano e não de um cetáceo, de um peixe.

De acordo com a descrição realizada, acima, observamos que o personagem Boto oscila entre 2 (dois) estatutos categoriais: o de Boto animal biológico e o de homem, mas, esses 2 (dois) estatutos constroem um só referente, aquele que possui, ao mesmo tempo, duas facetas, pelas quais se institui como um personagem, não propriamente como um ente humano, mas como uma entidade capaz de transitar entre o mundo dos animais e o mundo dos seres humanos. Dado esse atributo, o Boto constrói-se por meio dessa dupla propriedade simbólica, que existe não em função de um pacto ficcional, como nos contos infantis e

nos contos de fada, mas, indubitavelmente, em função das crenças pelas quais é construído, no universo sociocultural em que subsiste. Mais ainda, como uma entidade ou personagem que regula determinadas práticas e justifica-as, especificamente nas comunidades interioranas da Amazônia, nas quais essa história é contada. Cumpre esclarecer que a categorização biológica expressa-se pela própria palavra Boto que, de forma mais explícita, remete ao animal. Assim, no universo cultural onde essas histórias são contadas (histórias de boto) sabe-se que o boto animal tem a propriedade de transformar-se em homem e vice-versa, mas essa primeira metamorfose diz respeito ao fato de que é o próprio boto, peixe da espécie cetáceo, que se transforma em homem, voltando, por sua vez, à condição de boto animal. Observa-se ainda, conforme o excerto, que a categorização biológica aparece lexicalizada, no contínuo narrativo, por meio da expressão bicho, indiciando, portanto, a condição de animal do referente em questão. Ressalte-se também, e isto já está dado no universo cultural amazônico, que o boto, em sua construção biológica, passa dessa condição à condição de um ente humano, assediando as moças virgens e solteiras e até mesmo engravidando-as.

A narrativa 2 (dois) trata de uma história de visagem. De acordo com Moraes (2013), visagem refere-se ao aparecimento de espectro, à manifestação de almas ou entidades do mundo sobrenatural. Logo, uma história de visagem constitui um gênero, dentre as narrativas orais populares, que versa sobre o aparecimento de seres que não pertencem ao mundo natural ou real, geralmente com o poder de assombrar as pessoas, como também de transmitir mensagens advindas do que chamamos “outro mundo”, instruindo ou alertando sobre determinadas questões, como punições ou castigos. Conforme o relato, observamos que o personagem-tema apresenta-se como uma entidade fantasmagórica, cuja característica principal reside em assustar as pessoas.

Observe-se a narrativa 2:

### **A visage do tuco do pau**

1. Ali na casa do meu pai... onde eles moro né?... assim eles sempre uviam as coisas por que
2. diziam que lá onde ele mora... no tempo antigo morava muita gente... tinha um barracão



3. grande... fazium festa lá eles cuntam né?... aí plantavo muita seringueira no seringal... agora
4. não... que fica muito no fundo né?... antigamente não ia no fundo e agora a água sobe e as
5. bichas vão morrendo aí:... a casa dele é lá né?... aqui... ali escuto assim quê tão chamando
6. né?... parece que vai chegando gente “oi né?”... aí eles vão olhar num veju ninguém... aí
7. quando não jogam pedra... quando não eles vejo uma pessoa assim andando... se esconde
8. quando dá com aquela pessoa né?... aí vai procura num tem... um tempo desse quando a minha
9. irmã era menor né? ... ela gostava muito dê brincá cum aquele rapaz... aí elas viero correndo
10. dizendo...
11. [ “Mamãe a sinhora sabia quê tinha um home bem ali no tucu do pau e ele tava de calção
12. verde... que quando nós ia para enxergar ele... ele se escundia...
13. Elas pensavu que era eu...mas num era não...

Conforme a narrativa, observamos, pelo próprio título, que se trata de uma história de visagem. Assim, há elementos que evidenciam esse tipo de relato, como detectado na expressão “ele sempre uviam as coisas” (linha 1), também nas expressões: “ali escuto assim quê tão chamando né?... parece que vai chegando gente “oi né?” e na expressão “aí eles vão olhar num veju ninguém” (linhas 5, 6). No decurso da progressão tópico-temática, detectamos, ainda, as seguintes expressões “aí quando não jogam pedra...”; “quando não eles vejo uma pessoa assim andando... se esconde”; “quando dá com aquela pessoa né?... aí vai procura num tem...” (linhas 6, 7, 8). Logo, conforme as expressões em destaque, verificamos elementos discursivos por meio dos quais a categoria visagem é marcada ou indiciada. Tais elementos estão marcados no texto por meio das expressões supracitadas, que provocam no leitor uma espécie de sensação de suspense, expectativa, extasiamento, medo ou inquietação. Mas esta categoria não está descolada do elemento humano, de ações próprias do humano. Há uma fluidez entre o fantasmagórico e o que é inerente ao ser humano.

No entanto, no decurso da progressão tópica, detectamos a presença das expressões: “quando a minha irmã era menor né? ... ela gostava muito de brincar com aquele rapaz ... aí elas vieram correndo dizendo...” (linhas 8, 9, 10), nas quais o elemento visagem vem, agora, categorizado pela forma “aquele rapaz”. Nesse sentido, o elemento categorial visagem transita até a categoria *rapaz* (humano; animado; pessoa), saindo de uma configuração mais propriamente ligada ao fantástico<sup>11</sup> e/ou ao maravilhoso<sup>12</sup>, pelas quais a construção da referência é constituída, levando-se em conta, neste contexto discursivo, as construções culturais específicas dos contextos em que tais relatos são produzidos.

Já nas linhas (11, 12), a categoria homem passa a ser apresentada pelas expressões “sabia quem tinha um homem bem ali no tuco do pau e ele tava de calção verde... que quando nós ia para enxergar ele... ele se escondia...”. Assim, já no final da narrativa em análise, observamos que a categoria humano, animado, pessoa, se estabelece na atividade textual em curso, sendo resultado de uma mudança categorial, com limites não propriamente definidos entre a categoria visagem e a categoria homem. No entanto, esse processo é constitutivo de narrativas dessa natureza, o que concede à atividade uma característica *sui generis*, coadunada com o projeto de dizer dos narradores e com o contexto cultural no qual esses narradores enunciam tais histórias.

Concluo, portanto, que a atividade narrativa, aí mobilizada, está constringida pelos fatores culturais em jogo, propiciando as condições pelas quais os enunciadores conseguem dizer sobre os contextos sociais e culturais em que estão imersos. Dentre esses fatores, posso citar, resumidamente, as crenças, das comunidades interioranas da Amazônia, em entidades sobrenaturais, em poderes vindos não do mundo propriamente real ou biossocial, mas do mundo que está além dos elementos físicos, materiais, os quais, de certa forma, regulam determinadas práticas construindo tabus, interdições, comportamentos, atitudes, formas de pensar a realidade social em que estão inseridos os indivíduos.

A narrativa 3, intitulada Merandulino, diz respeito a uma narrativa de Cobra Grande. Esta narrativa é interessante porque o referente constrói-se por meio de dois elementos: homem e cobra.

Observe-se a narrativa 3:

## **Merandulino**

1. Merandulino era um home... que em terra ele era gente e no fundo ele era ..sucuriju... uma
2. cobra grande... e::... um dia::... ele tava::... lá em Santarém... e tinha uma lavanDERA em
3. frente a catedral... lá da::... naqueles anos que tinha praia... naqueles anos... tava cumeçando...
4. e a lavandera tava lavando rupa... aí::...ele chegu lá...
5. [Ei lavandera... quanto que cê qué pra lavá um par de rupa?... ela disse - - - (naquele tempo...era do tempo do tustão né?)...
6. [ cinco tustão...
7. Lá... cruzeru... naquele tempo... aí::... ele pagu e disse
8. [Faz favor de pegar lá imbaxo daquela canua... lá na praia...
9. E lá::...terminu::... o serviço dela e fui lá... ela deu um grito e se apavuru tudo... aí furu vê...
10. não era rupa... era um muntueru de casca de sucuriju lá.
11. Merandulino era um curador... que ele ia na festa... aí quando ele ia viajando... aí o::... u que
12. ia chegá primero... caiu na água... quando ele ia chegando ( )... ((risos)) ele disse que viu
13. gente falá que ele mora alí no Taranã... no Taranã... nos anos sessenta... tinha um home por
14. nome Maranhão... eu só sabia que era Maranhão... ele vendia rá::dio... vendia essas cuisas
15. né?... até o rádio que ele vendeu pru sinhô lá que já murreu... até tá cum uma secretária prali::.
16. - - - .por que eu trabalhava em rádio né?... intão quatro hora da tarde ele vinha baxando...
17. aí::... na ponta do Aranã... e aí::... quando ele viu o mutur paru... subiu em cima do barco um
18. negócio... chegu lá fora não era... era uma Enor::me duma cobra... coral... só que disque a
19. cobra coral que é mulher dele né?((risos))...é::...
20. E... outro era o seu Antunico::... Batista que já murreu... ( ) ele é de lá do Arapiuns... passando
21. este tempo que a água baxa... e ele era muito curajoso de andá de nuite... ele ve::eio... qua::ndo

22. viu o barco cheio de gado né?... e o barco subiu em cima do barro... e pediu a máquina pra
23. pará e o motorista ainda apavorado... parou:... e ele ficu de cu pra cima... e aí ele meteu ( )... e
24. ele pediu ré... e era ele que tava lá... e ele sempre sai((risos))... ele sempre sai... e... esse Zé
25. Barroso que correu pra costa muitos anos... ele gostava de lutá né?... daqui:... ele ia lá:: pro
26. Toronó:... tinhuso... ele era muito corajoso também... aí pegaram uma luta lá com dois
27. meninos... um por nome Vicente... o outro com nome:... me esqueci agora... o nome do utru
28. parceiro dele... eram dus irmãos né?... aí eles pararam nas Araras... lutarum... lá deu um
29. negócio duma tosse nele... quase murria... que ele sofria de piema... eles saíram... DAqui:: do
30. Cuipiranga é MUIto:: distante... eles fórum... quando chegaram na praia do Caruxi... eles
31. pegaram uma tracajua... UM ia aqui na bera... que é que o rastro da bicha subia... utru ia lá no
32. meio... utru lá no fim... eles iam andando... e pegaram uma tracajua e iam levando... quando
33. ele chegu lá na ponta do Toronó... lá ele avistaram lá que tinha um home de chapéu... de
34. palha... tava lá... morto... a maresia vinha pra cá...jô:... e vortava jô:... ele tava lá balançando
35. né?... o cadáver... e aí...
36. [Rapaz mas olha aquele home ali morto... aí queriam metê a mão no home...
37. [Não... não... bora vê cum pau... pra carregá... aí saíram lá pro:... pro meio do mato pra
38. prucurá um pau... e aí... o:: Vicente ficu... viru a tracajua de peito pra cima e ficu::sentado
39. em cima dela ulhando... lá pru bicho que tava... de repente ele fui ulhá... e quando ele
40. viu...num tava mais... ((risos)) e aí já queriam cáf nágua... e:: tem essas marmota lá no
41. Toronó... onde mora este Merandulino...

De acordo com a história, o referente é introduzido pela expressão “Merandulino era um home...”, mais adiante, esse mesmo referente passa a ser reconstruído nas expressões “que em terra ele era gente e no fundo ele era ..sucuriju... uma cobra grande...” (linhas 1 e 2). Portanto, o processo da transcategorização passa de um ente humano para uma entidade denominada sucuriju, uma cobra grande. Assim, o trânsito categorial define-se por meio de dois estatutos simbólicos: homem, a categoria que introduz tópico, e cobra grande, a categoria pela qual a atividade discursiva passa a ser construída, consoante com os propósitos interacionais do contexto cultural em que essa narrativa é produzida<sup>13</sup>.

À medida que o tópico vai avançando, o referente vai assumindo, alternativamente, duas construções categoriais: ora de cobra, ora de homem. Nas linhas (2 e 3), o referente é retomado pelas expressões “ele tava... lá em Santarém ... e tinha uma lavanDERA em frente da catedral...”. Desse modo, a pró-forma *ele* anaforiza o referente, anteriormente colocado, que passa de cobra a um ente humano, conforme podemos ver também no diálogo trocado entre o homem e a lavadeira (linhas 5, 6, 7 e 8) e que vem introduzido pela expressão “... ele chegou lá ...” (linha 4). No entanto, na linha (10), o referente assume, mais uma vez, a categoria *cobra*, que podemos verificar na sequência “não era rupa ... era sucuriju lá”. Assim, por um processo metonímico/meronímico, o referente é reconstruído por meio da expressão “casca de sucuriju”, que reconstitui o elemento categorial cobra, um dos estatutos pelos quais a referência se apresenta no decorrer do processo narrativo.

No curso do tópico em mobilização, o referente é, novamente, categorizado como um ente humano. Como se pode observar nas expressões: “merandulino era um curador... que ele ia na festa ... aí quando ele ia viajando... no Taranã...” (linhas 11, 12, 13). Assim, nestas sequências, o referente é apresentado como um curador, sendo, a seguir, anaforizado pela forma pronominal-correferencial *ele*, ou seja, um homem que viaja num barco e que se joga na água, mora numa localidade chamada Taranã. De acordo com as sequências, em destaque, o referente ao se jogar tem a propriedade de transformar-se em cobra, podendo transformar-se em ser humano ao sair da água.

Nas sequências relativas às linhas (17, 18 e 19), na quais o referente está lexicalizado por meio de expressões como “subiu em cima do barco

um negócio...”; “era uma enorme дума cobra .... coral...” e “a cobra coral que é mulher ele né? ((risos)) ... é ::...”, observa-se que a mencionada entidade assume a propriedade simbólica de uma “enorme cobra coral” e, ao mesmo tempo, de estatuir-se como um ser humano, quando é referenciada pela expressão “mulher dele” (remetendo-se o *dele* a Merandulino). Conforme verificado, o referente, em questão, possui o atributo de transitar entre características típicas de um ser humano e de características próprias de um réptil, o que reafirma o processo de transcategorização em andamento na atividade narrativa. No entanto, enquanto categorizado como cobra, esse referente tem um estatuto simbólico um tanto fluido, pois, mesmo sendo cobra, suas ações são, às vezes, mais pertinentes a um ser humano do que propriamente a um réptil, embora se institua como cobra, no universo cultural em que é sociodiscursivamente construído, justificando, desse modo, determinadas práticas<sup>14</sup> aí mobilizadas.

Da linha 20 à 30 da história, observa-se que o narrador detém-se em contar algumas peripécias de uma viagem de barco, reportando-se ao contexto geral em que os fatos ocorrem e que referem à Cobra Grande. Na linha 31, no entanto, volta a referir, de modo mais específico, à Cobra, por meio da expressão “... que é que o rastro da bicha subia...”, reafirmando, mais uma vez, a sua presença na ação narrativa; agora construída como animal e não como um ente humano. Entretanto, nas linhas 33, 34, 35 e 36, o referente assume uma configuração humana, expressa, especificamente, nas sequências: “ um homem de chapéu .... de palha ... tava lá morto ... a maresia vinha pra cá ... jô ::... e voltava jô::... ele lá balançando né? ... o cadáver .. e aí ... Rapaz mas olha aquele home ali morto... aí queriam metê a mão no home ...”. Embora a referência, em questão, não leve diretamente à entidade Cobra, aí possivelmente metamorfoseada em ser humano (*home de chapéu de palha; morto; o cadáver; home ali morto; home*), há, conforme se observa, elementos indiciadores/marcadores que conduzem a essa referência, pois é nesse lugar, chamado Toronó (linhas 40 e 41), que mora a entidade Merandulino, construído/constituído, nesse contexto, tanto como homem quanto como cobra.

Nas linhas 37, 38, 39, 40 e 41, observa-se que o narrador conduz a história expressando elementos nos quais a referência se dá por processos anafóricos que reconstituem o personagem central, seja como homem ou seja como Cobra, o que se pode verificar nas expressões:

“Não ... não .. bora vê cum pau ... pra carregá ...”. É o que também se pode constatar nas expressões: “ e ficu:: sentado em cima dela ulhando ... lá pru bichu que tava ... de repente ele fui ulhá ... e quando ele viu ... num tava mais ...” (linhas 38, 39, 40). De acordo com as diversas expressões em destaque, verifica-se que o referente apresenta-se tanto por meio de elementos nominais como *bicho*, quanto de formas verbais como *carregá*, *tava*, *ulhá* e também por meio da expressão *num tava mais*, o que evidencia a presença de processos anafóricos indiretos quando da construção do referente, o qual, como analisado, oscila entre homem e bicho ou vice-versa.

Finalmente, nas linhas 40 e 41, o referente expressa-se, ainda, por meio de sequências nominais como *essas marmota* e *este Merandulino*, reafirmando um estatuto categorial ambivalente, pelo o qual o personagem Merandulino constitui-se discursivamente: como a entidade Cobra e, ao mesmo tempo, como um ente humano ou, por outro lado, como um humano que se metamorfoseia em Cobra, detendo características simbólicas específicas e, concomitantemente, heterogêneas, múltiplas e singulares, consorciadas com as práticas de linguagem em que se institui como referente cultural, regulando essas mesmas práticas<sup>15</sup> e validando-as.

Tendo por base as análises realizadas, é possível concluir que a configuração simbólica homem/cobra ou cobra/homem, em sua transição categorial, possa implicar uma relação muito próxima dos seres humanos com a natureza, não havendo, no contexto amazônico de produção de narrativas como esta, propriamente uma separação entre essas duas entidades, dada a relação necessária e constitutiva dos seres humanos com a natureza. Nesse sentido, é válido postular acerca da premissa segundo a qual a transcategorização está engatilhada a efeitos cognitivo-culturais, segundo os quais os sujeitos se constituem, nesse jogo ambivalente e inarredável, nos ecossistemas naturais (flora/fauna) e o modo como se veem nesses *loci*, tendo em conta, aí, uma separação não estanque entre seus próprios discursos e o que os leva a discutivizar nesses vários contextos.

A Narrativa 4 (quatro), intitulada A visagem do mato: O lenhador, refere-se, como o próprio título apresenta, a uma história de visagem, dentre muitas outras contadas acerca desse tema no contexto amazônico.

Observe-se a narrativa 4:

#### **Narrativa 4: A visagem do mato: o lenhador**

1. Ele (esposo de D. Bela) viu muitas “cuisas” assim de “visage” no mato, ele era “caçadu” né,
2. ele viu muita “visage” no mato ele ia caçar veado. Quando “fui” uma “nuite” ele viu um
3. “lenhador” lá no mato “curtando” lenha, e “curtando” lenha, “curtando” lenha, e “curtava”
4. pau, “curtava” lenha e “acabu” que eles estavam esperando um veado e o veado não vinha de
5. manhã né? Até que ele se aborreceu daquilo e ele desceu, até uma certa parte ele ainda via ele
6. e uma “jugação” de pau “curtação” de lenha bem na beira da “ruça” onde ele estava, quando
7. “fui” umas seis “huras” da manhã ele “passu” lá num tinha uma “cuisinha” de nada mexida,
8. então o que “fui” que ele viu? Num era a tar de visage?

Segundo a história, a referência é introduzida pela expressão *muitas cuisas*, sendo, a seguir, retomada pelas expressões *visage* e *muita visage* (linhas 1 e 2). Nas linhas 2 e 3, o referente passa a ser construído pela expressão *um lenhador*, que, mais adiante, é anaforizado pela sequência *curtando lenha*, a qual se repete no transcurso da atividade tópica. Dando prosseguimento a essa atividade, o narrador retoma o referente usando as expressões *curtava pau*, *curtava lenha*. Como podemos observar, a construção da referência passa a ser representada por ações verbais; as expressões que representam essas ações constituem anáforas indiretas, tendo a propriedade de atualizar o referente *visage* no contexto da ação narrativa que está sendo empreendida. Tendo em conta a progressão tópica, verificamos que a entidade *visagem* passa por um processo de transcategorização, ou seja, passa a se expressar pela referência *um lenhador*, sendo retomada pelas expressões *curtando lenha*, *curtava pau*, *curtava lenha*. Desse modo, o referente muda de uma entidade não humana (*visagem*) para uma entidade humana, a qual se expressa por um elemento humano (*lenhador*) e por ações típicas do humano.

Na linha 6, o referente em questão é reconstruído pelas expressões nominais *jugação de pau* e *curtação de lenha*, evidenciando, mais uma



vez, uma de suas características, por meio da qual a ação narrativa se constitui em nível tópico-temático; ao mesmo tempo, tais expressões atuam como construtoras da própria referência, que se expressa, mais uma vez, por ações humanas, num processo contínuo de mudança de categoria. Na linha 7, a expressão *cuisinha* ativa a entidade anteriormente apresentada, que, no final da história, é reativada pela expressão *Num era a tar de visage?*, observando-se uma espécie de proximidade psicológica entre o narrador e a entidade que está sendo tematizada. Dada essa característica simbólica, é possível postular acerca de uma “relação natural” entre os narradores e os objetos simbólico-culturais em mobilização nos diferentes contextos em que narrativas dessa natureza são (re)contadas, especificamente nos contextos<sup>16</sup> culturais amazônicos. Havendo, portanto, uma espécie de instabilidade categorial que oscila entre *visagem* e *ser humano*.

Com base nas descrições acima realizadas, postulo que, no caso da narrativa em análise, o trânsito categorial implica uma relação ambivalente, instável e fluída entre a entidade visagem e o ser humano; isto na medida em que a referência se estabelece de modo um tanto tênue entre entidades humanas e não humanas, característica discursiva muito recorrente em narrativas dessa natureza, que reconstroem os *loci* culturais em que são mobilizadas, não existindo propriamente uma separação estanque entre os sujeitos e os objetos culturais em que são constituídos ou construídos. Assim, a transcategorização implica uma relação *sui generis* entre os sujeitos e a cultura em que estão imersos, numa relação identitária pela qual os objetos simbólicos em veiculação nesse universo não estão distanciados da própria ação dos indivíduos nos lugares sociais pelos quais transitam.

## 5. Considerações finais

Segundo as análises realizadas, é possível concluir que os processos de transcategorização de referentes, nas narrativas sob investigação, são constituídos pela dinâmica e fluidez dos processos sociocognitivos, não sendo, portanto, dados ou construídos pelo mundo natural. Por outro lado, estão enraizados em práticas culturais situadas e, por sua vez, reconstruídos nos contextos em que são evocados. Por essa perspectiva, as práticas referenciais/transcategoriais são produto das ações humanas na/pela linguagem; logo, os processos transcategoriais constituem e são constituídos pelos contextos em que estão imersos. Acrescente-se,

ainda, que as atividades de (trans)categorização validam determinadas práticas, nas quais os sujeitos se colocam não como deslocados ou abstraídos, porém inseridos em dados contextos de modo inescapável. Assim, todas as ações de linguagem, aí mobilizadas, possuem um estatuto simbólico próprio, passível de mudança ou transformação, coadunando-se com os objetivos interativos dos vários sujeitos, mediante a natureza dos contextos por onde transitam ou se inserem.

### **Referências Bibliográficas**

ARISTÓTELES. **Categorias de Aristóteles**. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

BEZERRA, P. Prefácio de As raízes históricas do conto maravilhoso. *In*: PROPP, V. **As raízes históricas do conto maravilhoso**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CASCUDO, L. C. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: Global, 2001.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think. Conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

FERREIRA, H. A. B. D. **Dicionário Aurélio de língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FUENTES, M. **O conto maravilhoso**. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/MarilzaFuentes/o-conto-maravilhoso>>.

Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

KANT, I. **Coleção pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

KOCH, I.G.V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**. v. 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. *In*:

- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C (orgs). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MORAES, R. **O meu dicionário de cousas da Amazônia**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2013.
- MOURA, H. L. M. Processos de recategorização de personagens afiliados ao universo lendário amazônico. **Revista Estudos Linguísticos**, 45 (3): p. 1147-1159, São Paulo, 2016.
- MOURA, H. L. M. **Atividades de referenciação em narrativas afiliadas ao universo do lendário da Amazônia**: implicações sociocognitivas e culturais. Tese. (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2013
- PROPP, V. **As raízes históricas do conto maravilhoso**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## Notas

---

\* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, é docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

<sup>1</sup> A menção aos gêneros textuais não implica, aqui, uma ligação estrita entre os gêneros estudados neste trabalho e os processos referenciais aí mobilizados.

<sup>2</sup> Uso a palavra “reelaboração” no sentido de que os eventos e objetos do mundo biossocial são reconstruídos de modo contínuo nas diferentes formas de interação social.

<sup>3</sup> A expressão mundo objetal significa, neste contexto, a realidade biossocial e cultural na qual estão imersos os sujeitos.

<sup>4</sup> Tem o sentido ligado às experiências sociocognitivas e cognitivo-culturais em que estão construídos os indivíduos, considerando os contextos sociopragmáticos por onde transitam e em que são constituídos enquanto sujeitos.

<sup>5</sup> A expressão propriedades identitárias diz respeito às múltiplas identidades socioculturais em que são constituídos os indivíduos.

<sup>6</sup> A expressão formas de enunciar refere-se, aqui, às diferentes enunciações, considerando as condições de produção dos diversos atos enunciativos, ou seja, os contextos em que tais atos são produzidos.

<sup>7</sup> Segundo Fuentes (2012), “o conto maravilhoso é uma narrativa de tradição oral, geralmente anônima, que gira em torno das situações criadas pelo imaginário. As histórias narradas revelam uma grande tendência para o encantamento: situações transformadas por algum tipo de magia e que não são explicadas de modo natural”, já o conto popular, de acordo com Bentes (2001), caracteriza-se por apresentar ou veicular

---

um saber público/coletivo acerca dos conflitos construídos na trama, como também sobre a forma de resolução de tais conflitos. Ainda de acordo com a autora, o fato de existir um conhecimento já antecipado e genérico, por parte da coletividade, acerca da sequência de eventos que constituem uma determinada história pode caracterizar uma determinada narrativa como conto popular. No caso das narrativas orais, analisadas neste artigo, defino-as mais propriamente como pertencendo ao gênero Narrativa Oral Popular, que defino mais especificamente, conforme Moura (2013), como um gênero dinâmico, heterogêneo e instável que evoca elementos contidos anteriormente nas lendas. Nesse sentido, os narradores se “apropriam” do tema de determinadas lendas para construir uma história, com versão e/ou enredo característicos. Por este tipo de interpretação/definição, Moura (2013) propõe que a Narrativa Oral Popular instancia, em seu espaço textual-discursivo, um conjunto variado de estratégias, não somente de natureza propriamente discursiva, mas também de ordem semântico-discursiva e de âmbito sociocognitivo, colocando-se como locutor do relato e imprimindo, muitas vezes, seu ponto de vista sobre os personagens, fatos, eventos e situações, a partir dos quais constrói a atividade narrativa.

<sup>8</sup> Embora Cascudo trate tais narrativas como mitos, na verdade, conforme o posicionamento de alguns antropólogos e culturalistas, não o são, pois constituem narrativas orais populares afiliadas ao lendário amazônico.

<sup>9</sup> Essa referência está expressa em muitas narrativas orais populares concernentes à entidade cultural Boto, conforme se pode verificar em relatos feitos por narradores de diferentes comunidades amazônicas.

<sup>10</sup> A palavra tradição é relativa às próprias construções lendárias a partir das quais as narrativas de Boto estão atreladas, advindo dessa tradição as várias histórias que circulam acerca desse personagem.

<sup>11</sup> Diz respeito a tudo que advém da imaginação criativa das comunidades em que esses relatos circulam e são produzidos.

<sup>12</sup> Refere-se a todas as construções advindas de uma concepção surreal da realidade, extrapolando os limites de uma construção factual ou biossocial.

<sup>13</sup> A expressão produzida é referente às formas de relato das entidades simbólicas em estudo, constituindo formas orais em mobilização nos contextos da realidade amazônica.

<sup>14</sup> A expressão determinadas práticas são referentes aos atos cultural-simbólicos em circulação nas comunidades amazônicas nas quais esses relatos reconstróem maneiras com o que os indivíduos interagem entre si nos contextos de produção de tais histórias.

<sup>15</sup> Refiro-me às práticas linguajerais que, por variadas maneiras, justificam determinadas ações e/ou comportamentos recorrentes nos contextos em que as narrativas em análise são produzidas.

<sup>16</sup> O contexto cultural amazônico a que faço referência é a Região do Baixo Amazonas Paraense, especificamente a Região do Tapajós, no qual as narrativas em análise foram coletadas.